

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**08/2000**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**

Prezado candidato, observe as seguintes **ORIENTAÇÕES**:

**1 DA PROVA**

1. Esta prova contém 2 (duas ) partes, sendo:

**1ª parte:** Redação de peça profissional, privativa de advogado (petição ou parecer), em uma das áreas de opção do examinando, manifestada no momento de sua inscrição. Valor 05 (cinco) pontos. (VERIFICAR A ETIQUETA DO LADO DIREITO DA PROVA)

**2ª parte:** Respostas a até cinco questões práticas, formuladas sobre relações jurídicas, no contexto da área de opção do examinado. Valor 05 (cinco) pontos. (VERIFICAR A ETIQUETA NO LADO DIREITO DA PROVA)

2. Na prova Prático-Profissional será permitida apenas consulta à legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que possam conter formulários e modelos de peças processuais, cadernos de notas e apostilas, livros com perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

3. Na prova Prático-Profissional os examinadores avaliarão o raciocínio jurídico, a fundamentação e sua consistência, a capacidade de interpretação e de exposição, a correção gramatical e a técnica profissional demonstrada, considerando-se aprova o examinado que obtiver a nota igual ou superior a 06 (seis).

**2 DA FOLHA DE RESPOSTAS:**

1. Assine somente no cartão de identificação.

2. A existência de qualquer sinal que permita identificá-lo **ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA.**

**3. NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.**

**4. USE somente CANETA ESFEROGRÁFICA nas cores AZUL ou PRETA.**

5. **NÃO** será permitida prova feita a lápis.

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**27/08/2000**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO ADMINISTRATIVO**

1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos

2ª Parte: Resposta às duas questões práticas  
Questão nº 01 - Valor: 2,0 pontos  
Questão nº 02 - Valor: 1,5 pontos  
Questão nº 03 - Valor: 1,5 pontos

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

Elabore um parecer sobre a hipótese abaixo:

A CF/88, no art. 175, parágrafo único, inciso III, previu que a lei dispusesse sobre uma política tarifária para a prestação de serviços públicos sob regime de concessão, tendo-se editado em cumprimento desse preceito as Leis Federais números 8.987/95 e 9.074/95, tendo esta última sujeitado ao aludido regime a exploração de vias federais (art. 1º, IV).

Fiada no Estado de Direito apregoado no art. 1º da Constituição como sendo o da República, empresa de grande porte, cliente de seu escritório, tornou-se, regularmente, concessionária da exploração de uma das rodovias federais, tendo sido surpreendida, dias atrás, com a expedição de Decreto do Poder Concedente estipulando, ainda que por curto prazo, novo benefício tarifário consistente em isenção de pagamento de pedágio nas rodovias federais em favor de econômico-financeiro do contrato de concessão.

Pede-lhe, então, a empresa que, prestando-lhe consultoria, emita breve parecer em que responda objetivamente, com fundamento em interpretação das disposições legais aplicáveis, às seguintes indagações:

- a) Pode o Poder Concedente estipular benefícios tarifários não previstos no contrato (novos benefícios tarifários) discriminariamente, isto é, sem submeter-se a quaisquer condições legais prévias ou simultâneas?
- b) Tem a empresa direito a ressarcimento pelo Poder Concedente do decréscimo de sua remuneração contratual decorrente da referida isenção?

Advogado: Antônio Maria dos Santos Silva  
OAB/MG: nº 2.000

Rua Ouro Fino, nº 2.000, Belo Horizonte/MG

## ÀREA: DIREITO ADMINISTRATIVO

### 2ª Parte - Questões práticas:

#### 1ª Questão:

O Poder Público declarou de utilidade pública, visando a instalação de área de lazer coletivo, para fins de desapropriação, um terreno localizado em área estritamente residencial. Aludido terreno se encontrava desocupada, apenas acumulando lixo. A declaração decorreu de reiterados pedidos dos moradores da área, que não aceitavam o referido acúmulo de lixo. Quando soube do ocorrido, o proprietário do bem informou que o imóvel já havia sido alienado para uma construtora, a qual iria construir um pequeno prédio residencial, já tendo, inclusive, iniciado a limpeza do terreno. Diante da informação recebida, como o Poder Público deve proceder?

#### 2ª Questão:

Na condição de assessor jurídico de órgão da Administração Pública, você foi consultado sobre quais os fatores ou circunstâncias devem ser considerados pelo Poder Público para a escolha de concessão ou permissão como instrumento de delegação de serviço público. Qual seria sua resposta?

#### 3ª Questão:

Servidor público de certo Município, concursado sob o regime estatutário, com 20 (vinte) anos de serviço, percebe 04 (quatro) adicionais de quinquênio, cada qual correspondendo a 10% (dez por cento) sobre o seu vencimento, que é de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). O prefeito sanciona e promulga lei correspondente a projeto de sua iniciativa extinguindo aquele adicional por tempo de serviço. Sob o fundamento da extinção, a Secretaria Municipal de Fazenda suprime a vantagem pecuniária então percebida pelo servidor, cuja remuneração passa a ser composta unicamente do vencimento.

**Pergunta-se:** A Administração Municipal podia extinguir o adicional por tempo de serviço? Por seu turno, a Secretaria Municipal da Fazenda agiu com acerto ao suprimir os quinquênios então auferidos pelo servidor? As respostas devem ser dadas com fundamentos hábeis.

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**27/08/2000**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO CIVIL**

1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos

2ª Parte: Resposta às três questões práticas  
Questão nº 01 - Valor: 1,0 ponto  
Questão nº 02 - Valor: 1,0 ponto  
Questão nº 03 - Valor: 1,0 ponto  
Questão nº 04 - Valor: 1,0 ponto  
Questão nº 05 - Valor: 1,0 ponto

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

Pedro, desejando incrementar a produção agropecuária de sua propriedade rural, contraiu, em 10/11/1999, empréstimo perante o Banco Itacem S/A, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), acrescidos de juros e correção, e com prazo de vencimento previsto para 11/06/2000. Em garantia do financiamento, foi hipotecado um apartamento de 120M2, na cidade de Belo Horizonte, avaliado em R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais). A garantia hipotecária constou de instrumento particular que foi levado a registro em 10/03/2000. Por sua vez, em 20/11/1999, ou seja, antes que fosse registrada a hipoteca. Pedro alienou, através de contrato de promessa de compra e venda irrevogável, o apartamento a Vitor, que se obrigou a pagar, pelo imóvel, o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) em 03 prestações mensais e sucessivas. Após pagas as parcelas Vitor obteve a escritura pública, registrando-a em 02/06/2000.

Pedro, no vencimento, não quitou o saldo devedor do empréstimo (R\$25.000,00), pelo que a instituição financeira está promovendo a respectiva execução. Na execução, o Banco Itacem S/A, alegando fraude à execução, postulou fosse penhorado o apartamento adquirido por Vitor.

Vitor, assustado com a constrição judicial do apartamento, procura você

solicitando a adoção da medida judicial cabível. Redija a peça processual.

## ÁREA: DIREITO CIVIL

### 2ª Parte - Questões práticas:

#### 1ª Questão:

Joca era casado sob o regime da comunhão parcial de bens e veio a falecer em 10/05/2000. Deixou esposa (Carla), dois filhos vivos (Joana e José) e dois pré-mortos (Júlio e Maria), três netos (Hugo e Heitor, filhos de Júlio; Bruna filha de Maria); três avós (dois paternos e um materno). O patrimônio total do casal, adquirido após o casamento, representava, na data da abertura da sucessão, um ativo de R\$600.000,00. O passivo, oriundo de uma condenação por ato ilícito imposta apenas a Joca, era de R\$ 100.000,00. Diante de tal quadro, indaga-se:

- a) É válida a cláusula testamentária em que Joca contempla seu pai e sua mãe com R\$ 150.000,00? Por quê?
- b) Considerando a resposta ao item anterior, quem serão os sucessores de Joca e como serão partilhados os bens deixados pelo “*de cujus*”?
- c) Suponha que Heitor, em vida, tenha feito doação de bem no valor de R\$ 50.000,00. Deverá ele ser trazido à colação? Explicar, abordando os efeitos da “colação”.

#### 2ª Questão:

O condomínio de um edifício de salas e lojas em Belo Horizonte procura o seu escritório expondo-lhe a seguinte questão:

Há aproximadamente 15 (quinze) dias, o proprietário da loja 01, localizada no andar térreo ao lado do imóvel do cliente - loja 02, realizou um ampliação nas vitrines de sua unidade, alterando a fachada externa do edifício.

Tanto a loja 01 quanto a 02 possuem entradas independentes do condomínio, permitindo o ingresso direto do público nas respectivas unidades.

Entretanto, a referida construção, além de afetar o projeto original, invadiu o logradouro público, impedindo a visualização, pelos transeuntes, da entrada da loja 02 e, por conseguinte, dificultando o acesso da clientela ao estabelecimento comercial do consulente. Tal situação está gerando-lhe perda diária de clientela, causando, destarte, danos irreparáveis.

Posto o conflito, o consulente faz as seguintes indagações:

- a) Qual a demanda judicial adequada para a remoção das vitrines?
- b) Tendo em vista o prejuízo crescente e de difícil reparação que o cliente vem experimentando, há possibilidade de se obter, judicialmente, o desfazimento

imediatamente da obra? Fundamentar as respostas, indicando a base legal.

3ª Questão:

Paulinho Oliveira juízo ação investigatória de paternidade, com pedido cumulado de alimentos, contra José de Abreu, comerciante. As provas produzidas no processo conduzem ao acolhimento do pedido investigatório e o Julgador deverá, ainda, fixar alimentos, eis que o investigante é menor impúbere. Atento à evolução jurisprudencial, o Julgador, ao fixar os alimentos, tê-los-à como devidos a partir de quando? Justificar e indicar suporte legal.

4ª Questão:

José invade determinada propriedade, nela edificando sua casa e realizando plantações. Pedro, dono do imóvel, entra com uma ação possessória e obtém ganho de causa. Após a sentença, ainda na posse do bem, José indaga a seu advogado se poderá reter o imóvel até ser ressarcido pelo valor das acessões. Quais as respostas que o advogado poderá dar ao cliente? Fundamentá-las.

5ª Questão:

Rodrigo é proprietário, juntamente com seus três irmãos José, Pedro e Paulo, de um apartamento na cidade de Poços de Caldas. Como necessita de um empréstimo, quer dar em garantia 30% do imóvel, com que não concordam os demais condôminos. Pode Rodrigo, ainda assim, constituir validamente a hipoteca sobre sua quota parte? Explicar.

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**27/08/2000**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO COMERCIAL**

1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos

2ª Parte: Resposta às cinco questões práticas  
Questão nº 01 - Valor: 1,0 ponto  
Questão nº 02 - Valor: 2,0 pontos  
Questão nº 03 - Valor: 2,0 pontos

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

Citrus do Brasil Ltda adquiriu no dia 20 de maio, de Helena Henrique Barbosa, uma carga de laranjas, sendo acertado o preço da compra em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), a entrega da mercadoria no dia 20 de junho e o pagamento no dia 20 de julho. Emitiu a compradora uma nota promissória representativa do negócio, entregando-a à vendedora. Esta, necessitando de urgente numerário, contraiu empréstimo junto ao Banco da Pecuária S/A, endossando-lhe o título em questão com a cláusula “valor em garantia”, objetivando fornecer uma garantia no cumprimento da obrigação oriunda do empréstimo concedido à sua fazenda. Posteriormente, o Banco da Pecuária também endossou em preto a nota promissória para o Banco de Créditos da Pecuária S/A, que na época oportuna apresentou o título à eminente para a respectiva quitação. Não sendo efetuado o pagamento, o portador levou o título ao cartório, lavrando-se a tempo e modo o protesto. Satisfeitos todos os requisitos legais para a execução foi a mesma ajuizada pelo Bando do Crédito da Pecuária S/A contra Helena que, após ter seus bens penhorados, procurou você como advogado, a fim de que fossem embargada a execução. Afirmou já ter efetuado o pagamento do empréstimo recebido e que serviu de causa fundamental ao endosso do título para o Banco da Pecuária S/A, exibindo a quitação por instrumento público dada pelo mesmo. À vista da proposição acima, deve o candidato elaborar a petição dos embargos à execução.

## ÀREA: DIREITO COMERCIAL

### 2ª Parte - Questões práticas:

#### 1ª Questão:

No dia 25 de junho de 2000, a pessoa jurídica Couros e Tecidos Ltda efetuou a venda de 200 peças de couro para a sociedade Fazer Bem Indústria e Comércio de Calçados Ltda., fixando as partes o pagamento em 03 (três) parcelas iguais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a entrega, esta efetuada no dia 05 de julho. Na data de 12 de julho daquele mesmo ano, foi protocolizado pedido de decretação de falência da compradora. A vendedora, tomando ciência da decretação da falência, procurou-o como advogado, acreditando ainda estarem em poder da massa as peças de couro. À vista de proposição acima, qual a solução que poderia ser dada ao caso para a recuperação da mercadoria?

#### 2ª Questão:

Marcolino é sócio da Construtora Delta, organizada sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidades Ltda. A sociedade tem um patrimônio vasto, sendo Marcolino detentor de 30% do seu capital. Nos termos do contrato social da Construtora Delta, os sócios têm direito de preferência, em relação a terceiros, no caso de cessão de quotas. Prevê, ainda, o contrato que a sociedade não se extinguirá no caso de morte de sócios, apurando-se os haveres dos herdeiros, que não ingressarão na sociedade, salvo consentimento unânime dos sócios sobreviventes.

Marcolino, em seu próprio nome, contraiu um empréstimo junto a uma instituição financeira. Não pagou e está sendo executado. Citado, deixou de pagar no prazo assinalado e não tendo indicado bens à penhora, teve penhoradas as suas quotas do capital da Construtora Delta.

Consultado por Marcolino, discorra sobre argumentos que certamente serão trazidos por ambas as partes nos embargos à execução, a propósito da penhorabilidade ou não das quotas da Construtora Delta.

#### 3ª Questão:

A sociedade anônima “A” é detentora de 51% do capital votante da companhia “B”, tendo elegido a maioria de seus administradores. Receosos de serem destituídos por “A”, os administradores de “B” celebraram em nome desta, com a Cia “A”, um negócio visivelmente prejudicial para a primeira e benéfico para a última. Este negócio prejudicou, também, de forma particular, Marcolina, detentora de 6% do

capital social de “B”. Durante um assembléia geral ordinária da Cia “B”, Marcolina sugeriu fosse ajuizada uma ação de responsabilidade civil, em nome da companhia, contra seus administradores. A proposta foi rejeitada por maioria de votos. Marcolina, então, procurou você como advogado, visando tomar providências para que os responsáveis ressarcissem os danos causados a ela e á Cia “B”. Quais a providências cabíveis? Dêo seu parecer, analisando todas as possibilidades e aspectos relevantes da questão.

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**27/08/2000**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO PENAL**

- 1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos
- 2ª Parte: Resposta às três questões práticas  
Questão nº 01 - Valor: 3,0 pontos  
Questão nº 02 - Valor: 1,0 ponto  
Questão nº 03 - Valor: 1,0 ponto

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

**Colombino de Almeida**, brasileiro, solteiro, atualmente desempregado, residente na Comarca de Ferros/MG, na Rua Maria Quitéria, 33, bairro da Natividade, viu decretada sua prisão preventiva pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca, no despacho que recebeu a denúncia, a pedido do i. representante do Ministério Público, em processo-crime a que responde como incurso nas lides dos arts. 155, §§ 1º e 5º c/c 29 do Diploma Penal pátrio.

Com efeito, após mencionar o nome do denunciado, sua qualificação, bem como os dispositivos penais que, segundo a exordial acusatória, teria infringido, diz o decreto de prisão o seguinte:

*“Pelo que se vê, trata-se de uma quadrilha organizada, da qual o denunciado ao que tudo indica, é o líder, que vem agindo nesta Comarca há bastante tempo, tirando o sossego dos habitantes com uma série de furtos de veículos, via de regra estacionados nas ruas durante a noite, e conforme se extrai dos autos do inquisitório, transportando-os posteriormente para outros Estados da Federação, com certeza para “desmanche”.*

*Em face disso, percebo a inicial do MP de fls. 02 a 05 contra os elementos nela qualificados e, para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e mesmo para assegurar a aplicação*

*da lei penal, hei por bem decretar a custódia preventiva do primeiro denunciado, Colombino de Almeida, como dito, ao que tudo está a indicar o líder da mencionada quadrilha, tudo de conformidade com o art. 311 e seguintes do Código de Processo Penal Expedir o competente mandado de prisão.”*

Viu-se a ordem de prisão provisória cumprida, estando o custodiado recolhido em péssimas condições na cela da Delegacia de Polícia da Comarca.

Procurado por familiares do “preso”, você após Ter acesso aos autos e sobretudo ao decreto de custódia cautelar, entende ser possível medida com vistas à liberdade do agora seu cliente.

Redija a peça pertinente ao caso, fundamentando as questões de natureza processual existentes.

## ÁREA: DIREITO PENAL

### 2ª Parte - Questões práticas:

#### 1ª Questão:

A defesa de Mévio, que se encontrava processado como incurso nas sanções do art. 121, *caput*, do CP, argüiu perante o Juízo processante a execução de litispendência, nos termos do art. 95, inc. III do Diploma Processual Penal. O pedido formulado pela defesa de Mévio foi deferido pelo MM. Juiz. Inconformado com citada decisão, o órgão do Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito, com fundamento no art. 581, inc. III do CPP. Processando o recurso, com o oferecimento das respectivas razões e contra-razões recursais, o magistrado modificou se *decisum*, prolatando nova decisão julgando improcedente a execução de litispendência. **PERGUNTA-SE:**

- a) Poderia o magistrado retratar-se de sua primeira decisão? Fundamente a resposta.
- b) Diante dessa nova decisão, poderá a defesa de Mévio interpor novo recurso em sentido estrito? Fundamente a resposta.

#### 2ª Questão:

Uma determinada pessoa foi denunciada por pretensa cometimento da conduta prevista no art. 129, § 1º, inc. II do Código Penal pátrio. Durante a persecução preparatória confessou ela a autoria do delito, que teria ocorrido em 20 (vinte) de maio de 1993. A denúncia foi ocorrida em 30 (trinta) de junho do ano seguinte, sendo recebida na mesma data. Ordenada a citação, as diligências para encontrar o agora réu não lograram êxito. Após regular citação editalícia, não comparecendo o acusado nem constituindo ele defensor, foi-lhe nomeado defensor dativo e ordenada a continuação do feito. Finda a regular instrução probatória, abriram-se vista à defesa para apresentação das alegações finais em 25 (vinte e cinco) de agosto de 1998. **PERGUNTA-SE:**

- a) Quais as defesas processuais podem avançadas, considerando-se a alteração promovida pela Lei nº 9271/96 e a idade do acusado, 20 (vinte) anos, á época do fato?

#### 3ª Questão:

O Delegado de Polícia de uma determinada circunscrição, ratificando voz de prisão dada por policiais militares, determinou a necessária lavratura do auto de prisão. Finda a lavratura daquela prisão em flagrância delitiva, constatou-se que o

delito em tese cometido, era afiançável, além de verificar-se que a Autoridade, não obstante o preso contar com 19 (dezenove) anos, não concedeu-lhe curador.

**PERGUNTA-SE:**

- a) A que pode ser referido em favor do preso só a ótica das formalidades legais desobedecidas? Fundamente a resposta.

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**27/08/2000**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO TRABALHO**

1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos

2ª Parte: Resposta às cinco questões práticas  
Valor: 1,0 ponto cada

**INSTRUÇÕES:**

- c) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- d) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

Casa Branca Industria e Comércio de Tintas Limitada, na ação trabalhista em que contende com José Antônio Pereira, Processo no 29/00, julgada procedente pela MM. 1ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, que reconheceu o vínculo empregatício, foi condenada a anotar a CTPS do autor, no período de 01/09/93 a 28/12/99, e a pagar-lhe as parcelas de férias em dobro, simples e proporcionais, acrescidas do terço constitucional, 13º salário, aviso prévio, indenização pelo não cadastramento no PIS, seguro desemprego (equivalente em dinheiro), depósitos do FGTS, por todo período trabalhado, mais a multa de 40%. Não eu a prescrição porque não pedida na defesa, juros e correção monetária, esta com índice do mês de competência de pagamento. A inicial foi protocolizada em 06 de março de 2000. À condenação, por sentença publicada em 18 de junho de 2000, foi arbitrado o valor de R\$ 10.000,00 e as custas, a cargo da ré, fixadas em R\$300,00.

Como advogado da empresa, interpor o recurso próprio, petição e razões, contra a sentença e dizer quais as providências necessárias ao devido preparo do apelo.

O examinado não deve declinar o seu nome verdadeiro no fecho da peça processual, a fim de não quebrar o sigilo da prova.

## ÀREA: DIREITO DO TRABALHO

### 2ª Parte - Questões práticas:

#### 1ª Questão:

Analise a afirmação abaixo e diga se está certa ou errada, justificando o seu entendimento.

Os dissídios individuais e coletivos cujo valor não exceda a 40 vezes o salário vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

#### 2ª Questão:

Empregado urbano pré-avisado de demissão em 22 de julho de 1998, sem justa causa, e desligado da empresa após ter cumprido aviso prévio de 30 dias, entende ter créditos trabalhistas a receber do seu ex-empregador. Se você for procurado, para patrocinar a causa do empregado, esclareceria ao cliente ser possível ajuizar, sem incorrer em prescrição, a petição inicial após 22 de julho de 2000? Explique por quê.

#### 3ª Questão:

A lei proíbe o trabalho, como empregado, do menor de 16 anos. Trabalhador, com idade menor à prevista, prestou serviços para uma empresa. Dispensando, sem justa causa, ajuizou ação postulando créditos trabalhistas. Defendendo-se, alega a ré que, sendo nulo o contrato, pela incapacidade de um dos contratantes, não está juridicamente obrigado a pagar os créditos reclamados. Quais os princípios jurídicos devem prevalecer, no caso?

#### 4ª Questão:

As decisões interlocutórias no Processo do Trabalho são irrecorríveis de mediato, uma vez que o agravo de instrumento trabalhista só serve para destrancar decisão que inadmita recurso, em juízo de admissibilidade. Assim, qual providência cumpre á parte tomar diante de uma decisão interlocutória desfavorável proferida em audiência? Justificar.

#### 5ª Questão:

Qual medida é cabível contra termo de conciliação homologado em juízo trabalhista? Fundamentar.

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**27/08/2000**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO TRIBUTÁRIO**

1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos

2ª Parte: Resposta às duas questões práticas  
Questão nº 01 - Valor: 2,5 pontos  
Questão nº 02 - Valor: 2,5 pontos

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

O contribuinte, após verificação de sua escrita contábil, detecta recolhimento a menor de IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica). A multa aplicável à conduta noticiada, em face da legislação ordinária vigente à época, era de 20% no caso de denúncia espontânea, 40% no caso de autuação e 60% na hipótese de configuração de fraude. Em face do apurado, deseja recolher integralmente o tributo, sem se sujeitar, entretanto, à incidência da multa.

Elabore mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, arguindo o direito líquido e certo do contribuinte, face às determinações do art. 138 do CTN, em não se sujeitar à cobrança do referido encargo.

## **ÀREA: DIREITO TRIBUTÁRIO**

### **2ª Parte - Questões práticas:**

1ª Questão:

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pode cobrar o imposto sobre serviços de uma empresa de TELECHAMADA, que preste serviços apenas ao MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE?

2ª Questão:

Determinado contribuinte recolheu contribuição ao INSS sobre os valores pagos a autônomos. Após decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade do referido tributo, o contribuinte requereu, administrativamente, a devolução do valor indevidamente pago. Ao negar o pedido, o INSS afirmou que a restituição não poderia ser feita, uma vez que o contribuinte teria transferido o encargo financeiro para os consumidores finais de seus produtos, havendo, portanto, o óbice do art. 166 do CTN. Tem razão o INSS? Justifique.

**BOA SORTE!!!**